

# LGBTQI+\*, vidas precárias e necropolítica em tempos da Covid-19: a interseccionalidade e a teoria queer em cena

LGBTQI+, precarious lives, and necropolitics in times of COVID-19: intersectionality and queer theory on the scene

Marco José de Oliveira Duarte\*\*  
Dandara Felícia Silva Oliveira\*\*\*

**Resumo** – Tomar o rebatimento da pandemia da Covid-19 na população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, não binários, intersexos e mais (LGBTQI+) é um desafio que vem pautando um conjunto de pesquisadoras/es, ativistas, gestoras/es etc. para seu enfrentamento. Particularmente, nesse artigo analisa-se esses efeitos a partir dos conceitos de necropolítica, vidas precárias e interseccionalidade de sexualidade, gênero, raça e classe. Os efeitos do cisheterossexismo, do racismo, da LGBTQIfobia são, em referência à lógica do capital, estruturantes e estruturais, refletindo, portanto, nas particularidades das vidas de LGBTQI+. Essa análise nos revela a importância de debater os impactos das vulnerabilidades e precariedades desses sujeitos, pois se antes já sofriam no seu cotidiano os efeitos das discriminações, preconceitos e mortes, com mais radicalidade esses elementos se impõem em contexto pandêmico. Os dados aqui tratados apontam para as condições dessas vidas precárias com mais agravamentos, principalmente, tomados pela perspectiva da interseccionalidade entre sexualidade, gênero, raça e classe social, nos marcos das desigualdades e das relações sociais necrocapiatalistas e ultraliberais. Neste sentido, o artigo pretende problematizar essas questões que marcam a população LGBTQI+, como as violações, violências, opressões e mortes, a fim de apontar formas de enfrentamento e resistência em tempos de ascensão da política antidemocrática.

**Palavras-chave:** LGBTQIfobia; pandemia; precariedade; vulnerabilidade; necropolítica.

\* Apesar de toda documentação oficial a partir da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT), em 2008, usar a nomenclatura GLBT, optamos, no presente texto, por incluir no conjunto das letras o “Q”, de queer, e o “I”, de intersexos, pelo registro teórico e político desse debate nas dissidências sexuais e de gênero na contemporaneidade.

\*\* Mestre e doutor em Serviço Social e pós-doutor em Políticas Sociais. Professor adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Uerj. Pesquisador do CNPq. Coordenador do Grupo de Estudos Gedís/CNPq e do Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBTQI+ da UFJF. E-mail: majodu@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6395-1941>.

\*\*\* Bacharel em gastronomia, bacharelada em ciências sociais e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (Gedís/CNPq) e membra do Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBTQI+ da UFJF. Primeira vereadora suplente do PSOL de Juiz de Fora. E-mail: dandaradoxum@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4924-7448>.

**Abstract** – Measuring the impact of the COVID-19 pandemic on the LGBTQI+ population is a challenge that has been guiding a group of researchers, activists, managers, etc. to fight against it. In particular, as in this article, these effects are analyzed based on the concepts of necropolitics, precarious lives, and the intersectionality of sexuality, gender, race, and social class. The effects of cisheterosexism, racism, and LGBTQIphobia are, in reference to the logic of capital, structuring and structural, reflecting, therefore, in the particularities of LGBTQI's lives. This analysis reveals the importance of debating the impacts of the vulnerabilities and precariousness of these subjects, because if before the pandemic they already suffered the effects of discrimination, prejudice, and death in their daily lives, these elements impose themselves in a more radical way in the context of the pandemic. The data presented here point to the conditions of these precarious lives with more aggravations, mainly taken from the perspective of the intersectionality between sexuality, gender, race, and social class, within the framework of inequalities and the necrocapitalist and ultra-liberal social relations. In this sense, this article intends to problematize issues that affect the LGBTQI+ population, such as violation, violence, oppression, and death, in order to point out ways of confronting and resisting in times of rising antidemocratic politics.

**Keywords:** LGBTQIphobia; pandemic; precariousness; vulnerability; necropolitics.

“Combinamos de não morrer.”  
(Conceição Evaristo)

## Introdução

A pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2), que causa a Covid-19<sup>1</sup>, parece ter aprofundado a ação de determinados dispositivos de opressão que, por sua vez, aprofundam as vulnerabilidades e precariedades da vida de pessoas pertencentes à raça negra, ao gênero feminino e que se identificam como LGBTQI+. “*La pandemia del Covid-19 ha venido a develar lo que ya sabíamos: una desigualdad social impresionante con sus racismos, sexismos, heterosexismos y empobrecimiento. Devela además que la acumulación capitalista es un sistema de muerte*” (CURIEL, 2020, p. 276).

São várias as medidas de biossegurança para proteção frente ao contágio do vírus; dentre elas, chamamos a atenção para o processo de isolamento social, que tem colocado determinados sujeitos em situações de diversos tipos de violência, reforçando as marcas simbólicas e objetivas das vidas precárias, particularmente as subjetivas, muito maiores do que as que já aconteciam de forma naturalizada e normalizada para LGBTQI+. Essas violências são causadas, principalmente, pelo aumento de tempo em casa, no âmbito dos conflitos de convívio familiar, e pela falta de contato com as redes de apoio, solidariedade e acolhimento, assim como pelo desemprego e pela ausência de trabalho, com especial destaque para as pessoas transvestigêneres que tinham como única fonte de sustento e renda a prostituição na rua.

<sup>1</sup> Escrevemos esse artigo há 10 meses, quase um ano após a OMS ter anunciado a pandemia da Covid-19, que constituiu emergência de saúde pública de importância internacional. No Brasil, temos 8.393.492 casos, 7.438.075 casos recuperados e 208.246 mortes (BRASIL, 2021), de modo que estamos em terceiro lugar no ranking mundial, ficando abaixo dos Estados Unidos por meses – marca de dois governos negacionistas e de extrema-direita.

É nesse fio condutor que se estrutura o artigo, tomando como referência o conceito de vida precária (BUTLER, 2019a), necropolítica (MBEMBE, 2018) e interseccionalidade cunhada pelo feminismo negro estadunidense e latino-americano de orientação marxista e, em sua maioria, decolonial. No presente, esse conceito é protagonista em adensar, no campo dos estudos de gênero e sexualidade, a questão da raça e do território na estruturação histórica das classes sociais e, particularmente no nosso caso, na formação social brasileira. Difere, assim, das feministas brancas materialistas europeias, que insistem no essencialismo biologicista do sistema sexo-gênero, na abolição do gênero, na transfobia e no colonialismo epistêmico.

Problematizam-se, portanto, algumas questões e reflexões, num esforço de sistematização levado a cabo pela experiência em curso junto às pessoas LGBTQI+ em tempos pandêmicos, num dispositivo de referência para essa população. Principalmente, focaliza-se a população de travestis e mulheres transexuais trabalhadoras de sexo em uma cidade do interior de Minas Gerais.

À guisa de conclusão, a partir desse processo analítico, no contexto de ativismo negacionista genocida e de suas jornadas anticiência, bem como das cruzadas antifeminismo, antiLGBTQI+ e anti-gênero (PRADO; CORREA, 2018), percebe-se que a população LGBTQI+, no que se refere às políticas públicas e direitos humanos, tem apostado nas inúmeras redes informais de solidariedade como resistência, reforçando-as. Por outro lado, observa-se, não sem reação, a impunidade das respostas do Estado frente ao colapso na saúde. Essa situação se agrava ainda mais na segunda onda da pandemia, mais violenta do que a primeira, com uma variante do vírus mais agressiva, sem cobertura vacinal adequada, com publicações de *fake news* e com o fim do benefício emergencial do governo federal, que insiste, com sua narrativa e política, na negação da vida.

## **Vidas precárias e interseccionalidade**

Gostaríamos, a partir de agora, de debater os conceitos apresentados neste título para trazer alguns exemplos e dados a respeito de como a pandemia da Covid-19 aprofunda processos de precarização da vida e recrudescimento da ação de dispositivos de opressões e dominações interseccionais de gênero, sexualidade, raça e classe social. Davis (2016), em sua obra *Mulheres, raça e classe*<sup>2</sup>, publicada originalmente nos Estados Unidos da América em 1981, tornou-se referência obrigatória para se pensar, na dinâmica capitalista, o nexos entre racismo e sexismo. Atualmente, o termo é denominado de feminismo negro interseccional. A autora, já nos seus es-

---

<sup>2</sup> Do original em inglês: *Women, race & class*. Publicado em Nova Iorque pela Random House em 1981.

critos da década de 1970, traz um panorama sobre a interseccionalidade dos eixos de dominação e opressão. A denúncia vem em formato de tese, que demonstra como o Movimento Sufragista estadunidense e, posteriormente, o movimento de mulheres, era branco e elitizado (DAVIS, 2016).

Comentando a declaração da Convenção de Seneca Falls, Davis (2016) demonstra em sua fala a necessidade de interseccionar gênero, sexualidade, raça e classe com o intuito de contemplar a luta dos corpos considerados abjetos e dissidentes. Afirma a autora:

Entretanto, enquanto consumação exata da consciência do dilema das mulheres brancas de classe média, a declaração ignorava totalmente a difícil situação das mulheres brancas da classe trabalhadora, bem como a condição das mulheres negras tanto do Sul, quanto do Norte. Em outras palavras, a Declaração de Seneca Falls propunha uma análise da condição feminina sem considerar as circunstâncias das mulheres que não pertenciam à classe social das autoras do documento. (DAVIS, 2016, p. 71).

O conceito de interseccionalidade como ferramenta de análise, publicizado por Kimberle Crenshaw<sup>3</sup>, tinha sido evidenciado por seu conteúdo analítico na obra de Davis (2016). Contudo, bem antes, Lélia Gonzalez (1984, p. 224) já o tinha feito, nos anos de 1980, de forma a criticar, no contexto brasileiro e latino-americano, os nexos interligados, afirmando que “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira [...] e sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra”. Assim, para Gonzalez (1984), a classe, como outro marcador social, era relevante para se pensar a realidade da mulher negra, ao articular “racismo, sexismo, colonialismo, imperialismo e seus efeitos” (GONZALEZ, 1984). A autora protagoniza, desse modo, a epistemologia da amefricanidade (GONZALEZ, 1988) para o feminismo afro-latino-americano.

Desta forma, a autora leva em consideração as lutas de mulheres negras e indígenas contra o colonialismo, inserindo-se no que hoje chama-se de perspectiva decolonial contra as violências geradas pela colonialidade e branquitude em suas mais diferentes formas de opressão, exploração, subordinação e dominação. Assim é como utilizamos, como ferramenta de análise, a conceituação de interseccionalidade, que vem sendo operada e produzindo consequências estruturais, estruturantes e dinâmicas de interação entre esses eixos, entre “nós” (SAFFIOTI, 1987<sup>4</sup>) e os nexos interligados, conectados e imbricados.

<sup>3</sup> Do original em inglês: *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics* (CRENSHAW, 1989).

<sup>4</sup> A autora, em sua análise, ao não hierarquizar e separar os marcadores de sexo, raça e classe, desenvolve a “teoria do nó” entre gênero, raça/etnia e classe. Assim, a partir do sistema de exploração/dominação, a ideia da fusão é explicitada na tríade patriarcado-racismo-capitalismo, bem posterior a Lélia Gonzalez (1984), que toma o conceito de sexismo e racismo.

Butler (2019b), para explicar o conceito de vidas precárias, vem ao encontro de Davis (2016), constatando que a vida é precária em si; porém, dependendo de determinado enquadramento, algumas vidas podem ser consideradas enlutáveis, outras não; umas vidas são vivíveis, outras não; e umas serão fundamentalmente sustentadas, enquanto que outras podem morrer pelo não cuidado e sustentação. Para Butler (2019b, p. 53), portanto, “a condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo, de vidas que não são exatamente vidas, que são consideradas ‘destrutíveis’ e ‘não passíveis de luto’”.

Há um ponto em comum entre as duas autoras. Ambas percebem, à sua maneira, que determinadas vidas são consideradas e outras não. Assim, a partir da precariedade generalizada, começa-se a construção do corpo que vive e do corpo que pode morrer, a construção da dicotomia entre o abjeto e o distinto – considerando-se abjeto tudo aquilo que não se conforma à normatividade cis-heterossexista. Nesse sentido, para Butler (2019b, p. 36), “nem tudo que está incluído sob a rubrica ‘vida precária’ é, desse modo, a priori, digno de proteção contra a destruição”. Desse modo, para estar protegido contra essa destruição é preciso uma rede social de solidariedade ou de ajuda.

Pensando nessa rede social de solidariedade ou de ajuda, pode-se perceber, de acordo com Saft (2020), que a cis-heteronormatividade está presente em todos os lugares e, segundo o autor, isso acontece porque o território é construído pela norma cis-heterossexista. Por isso que para Saft (2020) a comunidade LGBTQI+ opta pela autosegregação ou isolamento.

### **Necropolítica, LGBTQI+fobia e pandemia da Covid-19**

Por um lado, Judith Butler e outros autores estadunidenses começaram a empreender em suas análises, a partir de Foucault (1988), a questão da sexualidade enquanto um dispositivo histórico de poder, que marca as sociedades ocidentais modernas e se caracteriza pela inserção do sexo em sistemas de unidade e regulação social. É nesse contexto, então, que emergem os estudos “queer”, ao criticarem, para além dos estudos gays e lésbicos, a centralidade dos mecanismos sociais relacionados à normalização e à lógica do binarismo hétero/homossexual, masculino/feminino e homem/mulher para a organização da vida social contemporânea. Cabe ressaltar que, segundo Louro (2004, p. 38), “queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário”. Portanto, operar seu ressignificado ou positivar esses xingamentos, acusações e insultos que patologizam/medicalizam, higienizam, marginalizam e excluem todas as pessoas, suas vidas e corpos, no campo das dissidências sexuais – pessoas que diferem

da orientação sexual imposta pela heterossexualidade compulsória, incluindo a homonormatividade – e de gênero – pessoas que se identificam como transgêneros, travestis, transexuais, não binárias etc. fora do padrão da cis-generidade –, é afirmar outros modo de ser, práticas de vida e subjetividades que se colocam contra as normalização socialmente impostas pela moral sexual burguesa e seu binarismo do sistema sexo-gênero.

Além disso, o mesmo Foucault e sua analítica da biopolítica e do biopoder são retomados por Achille Mbembe (2019) ao formular o conceito de necropolítica, tratando sobre o poder de ditar *quem deve viver e quem deve morrer*. Ou seja, um poder de determinação sobre a vida e a morte ao desprover o status político dos sujeitos. Observa-se que há uma diminuição ao biológico que desumaniza e abre espaço para todo tipo de arbitrariedade e inumanidade. No contexto pandêmico, podemos avançar um pouco mais no debate para dizer que o isolamento social não é uma novidade para as transvestigêneres<sup>5</sup>, por exemplo, posto que uma saída à rua pode ser fatal no país que é o líder mundial em assassinatos dessas pessoas (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

Assim, ao tematizar o racismo estrutural, Almeida (2018) nos faz compreender a gênese que edifica toda a lógica da formação social brasileira; concomitantemente, permite-nos entender a LGBTQIfobia também como um fenômeno dessa ordem, na medida em que

ser LGBT+ é enfrentar uma estrutura que não foi pensada para a existência desta população. Muitas vezes é um desafio que se configura em estar exposto a diversos tipos de sofrimento para ter garantida sua dignidade e o respeito de sua existência como possível, legítima e real (AGUIAR; BENEVIDES, 2018, p. 43).

É importante ressaltar o tema das representatividades e identidades historicamente construídas que atravessam e socialmente determinam a configuração da classe trabalhadora, pois, na maioria das vezes, é lugar-comum, na esquerda sectária, dogmática e economicista, reduzir e rotular tudo de pós-modernismo ou identitarismo, posto que, como afirma Curiel (2018), “na América Latina e no Caribe, revela evidências de pré-modernidade”. Ao invés disso, seria importante encarar, formular, problematizar e politizar o debate, de forma crítica e fraterna, acerca das identidades e das lutas de reconhecimento, redistribuição e representatividade que pulsam na realidade histórica (FERREIRA, 2020) e que se organizam e vinculam aos projetos societários em disputa. Inclusive, pelo fato de haver, entre outras variações para a comunidade LGBTQI+, cooptações na lógica do capital, como o *pink money*<sup>6</sup> ou mesmo do *pinkwashing*, que, em tradução

<sup>5</sup> Temos tomado essa expressão “transvestigêneres” como uma junção estratégica política e conceitual entre travesti, transexual e transgênero, no sentido proposto pela transativista Indianare Siqueira.

<sup>6</sup> Em tradução literal, quer dizer “dinheiro rosa”. Em síntese, significa uma estratégia de setores do mercado no capitalismo voltada para o consumo LGBTQI+.

livre, significa “lavagem rosa”. É um termo com múltiplos significados originado ao criticar empresas que comercializam produtos com fita rosa (símbolo da luta contra o câncer de mama), mas que são as mesmas que fabricam ou vendem produtos considerados cancerígenos. Atualmente, o sentido tem se aplicado à articulação entre a lógica do mercado e o Estado de Israel voltado para o público LGBTQI+, respectivamente, para promoção comercial de marca *gay-friendly* (literalmente, simpaticizante ou “acolhedora” de gay) para seu consumo e para mascarar o racismo anti-palestino, o preconceito e a falta de políticas realmente inclusivas para LGBTQI+.

Ademais, temos observado atentamente que há uma certa reprodução, nesse mesmo campo da esquerda, do modelo dominante e idealizado de identidade universal: macho-homem-masculino, branco, cis-heterossexual e burguês. Apesar da defesa de um projeto anticapitalista, com o qual concordamos e onde nos colocamos nessa trincheira da luta, entendemos que o processo revolucionário também se coloca na micropolítica; por isso a defesa de uma vida não fascista como projeto ético-político-estético que se produz no cotidiano das práticas dos sujeitos.

É essa narrativa hegemônica de crítica ao dito “identitarismo”, taticamente usada por alguns marxistas, que esconde, de fato, o local de privilégios em tudo que se incide e reproduz esse modelo de representação em nome de uma classe sem sexo, sem gênero, sem raça, sem etnia, sem orientação sexual, sem identidade de gênero, sem território etc. No mais, quando esses marcadores sociais aparecem, são, ao nosso ver, como cosméticos ou assessórios de uma estratégia discursiva tomada, de forma abstrata, para legitimar o sujeito como engajado, comprometido e progressista, mas sem determinação e materialidade.

É nesse sentido que a pandemia da Covid-19, para as vidas LGBTQI+, vem aprofundar os enquadramentos, inclusive os identitários, no sentido do controle social, e não do reconhecimento ontológico da diferença, para que o Estado possa exercer o poder de *quem deve viver e quem deve morrer*. São esses sujeitos e seus corpos – tomados em sua interseccionalidade pela necropolítica ultraneoliberal – que não precisam ser protegidos, na medida em que não são enlutáveis, mas descartáveis, lixáveis: pobres, negras e negros, LGBTQI+, das favelas e periferias.

Essa questão torna-se perceptível, por exemplo, quando a Organização das Nações Unidas (ONU, 2019), através do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaid) e da MPact Global Action for Gay Men’s Health and Rights, alerta para a preocupação de que, em alguns lugares do mundo, LGBTQI+ estão sendo culpabilizados indevidamente de serem vetores da Covid-19, sinalizando para como isso impacta na saúde física e mental, na dignidade e na segurança desses sujeitos (UNAIDS, 2020).

Além disso, as mesmas agências internacionais alertam para o fato de que os desafios do isolamento para pessoas LGBTQI+ são enormes e podem levá-las a enfrentarem violência, maus-tratos e a vivenciarem au-



mento de violência familiar e doméstica. O isolamento social, segundo a organização, também pode agravar condições pré-existent de saúde mental, comuns entre pessoas LGBTQI+, como a solidão, a depressão, a ansiedade e a ideação suicida.

Para exemplificar a importância da rede de apoio e quais os impactos a pandemia vem causando nas pessoas LGBTQI+, o #VoteLGBT (2020)<sup>7</sup> lançou um questionário com 50 perguntas, obtendo adesão de mais de 10.000 pessoas e gerando resultados impressionantes. Segundo a pesquisa, os três maiores impactos na vida das pessoas LGBTQI+ durante a pandemia foram, respectivamente, a piora da saúde mental, com 42%; o afastamento da rede de apoio, com cerca de 40% dos entrevistados respondendo sobre as mudanças diversas no convívio social; e a falta de trabalho/renda, com cerca de 17%.

Segundo Butler (2019b), nem todas as formas de precariedade são produzidas por arranjos políticos e sociais, o que não é o caso em questão. No entanto, continua sendo uma tarefa política minimizar a condição de precariedade, visto que são os enquadramentos produzidos pelos arranjos políticos e sociais que definem qual vida é digna de ser vivida e qual vida poderá sofrer mais; sobretudo em um momento de aprofundamento da precariedade geral como a pandemia, que adensa uma crise global do capital, permitindo que a enfrentemos da maneira que estamos fazendo agora, sem nenhum preparo (HARVEY, 2020).

Pode-se pensar também em como esses enquadramentos determinam as possibilidades para pessoas transvestigêneres, por exemplo. Davis (2018) cita a necessidade de perceber como, através da história das pessoas, se pode compreender melhor os índices de interseccionalidade de opressões e de como é necessário “aprendermos a pensar, agir e lutar contra o que é ideologicamente estabelecido como ‘normal’” (DAVIS, 2018, p. 95). Nesse sentido, o relatório do #VoteLGBT (2020) mostra como pessoas transvestigêneres são as mais precarizadas, através de uma metodologia de índice de vulnerabilidades, que coloca esses sujeitos entre as pessoas mais atingidas por conta do isolamento social e da pandemia da Covid-19.

O relato de uma entrevistada não identificada corrobora com o nosso debate de que a pandemia traz o acirramento e reforça os dispositivos de dominação de gênero, raça, classe e sexualidade, se interseccional. Quando um dos dispositivos sofre recrudescimento, todos os outros o acompanham nessa cadeia não hierárquica que se movimenta em conjunto.

A população trans em sua maioria, vive situações de vulnerabilidade afetiva, psicológica e financeira por fatores que antecedem a pan-

<sup>7</sup> Coletivo fundado em 2014 que tem como foco aumentar a representatividade de LGBTQ+ em todos os espaços, principalmente na política. Realiza pesquisas durante as principais manifestações da comunidade LGBTQ+ para fornecer dados para que outras organizações possam usá-los na luta contra a LGBTfobia. Para maiores informações, consultar o relatório, disponível em: <https://www.voteigbt.org/>. (VOTELGBT, 2020).



demia, assim, estão expostas às mazelas da situação atual. MULHER TRANS PARDA HÉTERO CLASSE C. (VOTELGBT, 2020, p. 4).

Para Saft (2020), é de fundamental importância reconhecer as diferenças que perpassam a vivência da quarentena para a população LGBTQI+ e a relação desarmoniosa com a moradia, mobilizando as possibilidades de entender as origens e os mecanismos da LGBTQIfobia como primeiro passo para combatê-la. O autor demonstra essa situação e corrobora com a notícia; conseqüentemente, essa preocupação tem fundamento quando declara que:

Seguindo o Conselho de Ética Profissional da Psicologia, não estou apto a trazer e nem relatar casos. Mas de antemão, gostaria de frisar que refugiar-se nas escadas foi a menor forma de violência que pude acompanhar nesses últimos dois meses, desde que iniciei os atendimentos de forma online. A quarentena da população LGBTQIA+ que não vive em um contexto de aceitação familiar é violenta. Muitas estão sujeitas a estupro corretivo, agressão física, privação de alimentos etc. Estar em casa, para muitos, é estar no inferno. (SAFT, 2020, p. 299).

Nesse momento de pandemia da Covid-19, não seria diferente a maneira como o Estado e a estrutura social separam as mortes enlutáveis daquelas que não o são. O aumento da violência contra as vidas LGBTQI+ e o alto índice de mortes negras, na pandemia da Covid-19, parece estar associado a esse fenômeno. Assim como essas vidas não foram pública e democraticamente acolhidas na identidade nacional e na garantia de cidadania plena, parece acontecer a mesma coisa com essas vidas que se mantêm subalternas, hierarquizadas, silenciadas e aniquiladas nesse momento em nosso país.

Contudo, essa questão não se limita ao território nacional. A Out-Right Action International<sup>8</sup> (OAI, 2020), em pesquisa internacional, denuncia o aumento dos tipos de ameaças que sofrem LGBTQI+, como insegurança alimentar, barreiras nos cuidados de saúde e acesso a medicamentos, aumento do desemprego, falta de moradia, diminuição no orçamento financeiro, desproteção social e diversos outros tipos de violência. Revela-se, assim, que também em outros países tivemos ataques às vidas racializadas e LGBTQI+, tendo um aumento significativo durante a pandemia da Covid-19.

Slyke (2020), tratando sobre os centros comunitários de saúde estadunidenses – que basicamente são dispositivos responsáveis por acolher, prover saúde e cuidado de pessoas precarizadas, como negros e negras,

<sup>8</sup> Organização internacional de direitos humanos, fundada em 1990, com status de agência consultiva junto à ONU. Tem como foco as pessoas que sofrem discriminação ou abuso com base na orientação sexual real ou percebida, identidade ou expressão de gênero, fortalecendo movimentos de direitos humanos LGBTQI+ em todo o mundo para conduzir juridicamente as violações de direitos humanos contra pessoas LGBTQI+.

hispanicos e LGBTQI+ –, sinaliza esses efeitos retratados. Para o autor, os efeitos da Covid-19, nesses centros, alterou significativamente toda a estrutura dos serviços no sentido de se adequar à pandemia. Para isso, precisaram sacrificar os atendimentos de populações vulnerabilizadas, que mesmo antes da pandemia eram os únicos equipamentos de saúde para atendimento específico dessa clientela, posto que os EUA não têm um sistema público de saúde, como no Brasil. Além disso, o fechamento desses centros provocou a não adesão ao tratamento de inúmeras doenças por parte de LGBTQI+, aumentando a exposição dessa população ao fazer com que precisassem buscar atendimentos cada vez mais longe de casa.

Ademais, ao refletir sobre as consequências da pandemia, Butler (2020) mostra exatamente o que tratamos acima. Cabe ressaltar que o vírus aparentemente não discrimina e dá falsa impressão de democracia, segundo a forma com que ataca, demonstrando que de fato, de alguma maneira, a comunidade humana é igualmente precária. Ao mesmo tempo, o fracasso no modo com que determinados Estados não se prepararam, o fechamento de fronteiras com políticas nacionalistas xenofóbicas, junto com a exploração do sofrimento pelo capital, demonstram a velocidade com a qual a desigualdade radical – incluídos aí o nacionalismo, a supremacia branca, a violência contra mulheres, a pessoas queer e a tranvestigêneres – “e a exploração capitalista encontram formas de reproduzir e fortalecer seus poderes no interior das zonas de pandemia. Isso não deve ser surpresa nenhuma” (BUTLER, 2020, n. p.).

De acordo com o *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), neste ano, houve 175 assassinatos de pessoas que expressavam o gênero feminino, apesar da subnotificação e da ausência de dados governamentais (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). Em todos os cenários analisados, a escalada da violência, com requinte de crueldade, é perceptível, com aumentos significativos a cada bimestre. Além disso, o dossiê reforça que, mais que o descaso com a crise provocada pela Covid-19, que agravou os dispositivos de opressão já existentes, a vida das mulheres tranvestigêneres pretas e trabalhadoras sexuais foi a mais afetada. Esse segmento é o que representa a maioria dos casos de assassinato e está diretamente exposto a várias formas de violência e negação de direitos.

se a vítima for um transgênero é mais provável ser assassinada em via pública por serem facilmente reconhecidas como LGBT e por trabalharem na rua, como profissionais do sexo. Um ponto primordial a ser discutido consiste na perda precoce das vidas desses sujeitos, que são duas vezes mais acometidas por homicídios do que os gays e mais de 80% dos transgêneros são assassinadas com menos de 30 anos, revelando as suas vidas precárias, marcadas pelos diversos tipos de vulnerabilidade, particularmente, da ausência de proteção e se-

gurança por parte dos Estados, mesmo que esses não criminalizem as dissidências sexuais e de gênero que caracteriza a população LGBT. (DUARTE *et al.*, 2020, n. p.).

Esse processo se dá pela própria organização do trabalho de quase 90% da população tranvestigênera no Brasil, segundo a própria associação, sendo reforçado pela escassa atenção do poder público às trabalhadoras sexuais enquanto corpos organizativos na ótica do mercado de trabalho. Duarte (2021, n. p.) ressalta isso sinalizando que há “a demora do poder público, a morosidade em não responder, a má vontade das autoridades em geral, uma certa naturalização da indiferença, do emperramento do aparelho público”.

Além disso, a falta de atenção do poder público é tratada por Ramos (2019) em sua pesquisa etnográfica na região do Jardim Itatinga, famosa zona de prostituição em Campinas, que sofre com ausência do poder público até a atualidade. Nesse espaço ainda não existem escolas ou creches, e até meados dos anos de 1980 a iluminação do bairro era fornecida pelos lampiões.

Como esperança, é fundamental lembrar a importância da rede informal de solidariedade e de afetos de parcela da comunidade LGBTQI+ na manutenção da vida das pessoas queer e transvestigêneras durante a pandemia da Covid-19. Através do Centro de Referência de Promoção da Cidadania de LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+)<sup>9</sup>, da Universidade Federal de Juiz de Fora, e pela ação de ativistas que compõem seus quadros, desde março de 2020, com a *Campanha TranSolidariedade*<sup>10</sup>, atendemos a um público de 30 trabalhadoras sexuais transvestigêneras na cidade de Juiz de Fora, desenvolvendo diversas ações, tais como: a) recebimento e fornecendo de cestas básicas; b) recepção e distribuição dos kits de higiene e limpeza; c) arrecadação financeira virtual (vaquinha) e distribuição de pequenas quantias em dinheiro, principalmente no interstício entre o decreto de fechamento do comércio com o isolamento social e a promulgação da Lei de Auxílio Emergencial, que teve mais adesão nos outros meses sequenciais, quando a arrecadação começou a diminuir; d) cadastramento em ficha própria dessas mulheres transvestigêneras trabalhadoras de sexo; e) criação de grupo no *Whatsapp* favorecendo as orientações sociais, uma outra frente de direitos em geral. Nesse caso, também foram feitas orientações em relação aos benefícios socioassistenciais governamentais, especialmente o Programa de Auxílio Emergencial ao Cidadão, que uma parcela significativa conseguiu

<sup>9</sup> Esse centro, inaugurado em 2019, é um programa de extensão da UFJF instalado na Casa Helenira Preta. Desenvolve 5 eixos de atividades, das quais destacamos o atendimento psicossocial e a defesa dos direitos humanos de LGBTQI+. A partir dos seus dados, tentamos imprimir algumas reflexões para este artigo, como também dos dados do Projeto Di-verse, ambos integrados ao grupo de pesquisa Gedis da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

<sup>10</sup> Para melhor compreensão sobre a campanha, recomenda-se a análise empreendida em Duarte (2020); aqui neste artigo estão as ações desenvolvidas de forma pontual para o entendimento dos leitores.

receber, embora outra parcela ainda tenha problemas e pendências com relação aos documentos e registros civis, o básico da cidadania.

Além disso, anteriormente, em dezembro de 2020, conseguimos realizar a última ação do ano e, além das doações em dinheiro, realizou-se a distribuição de cestas de Natal e de kits-presente. Isso só veio a reforçar e demonstrar como as redes de proteção social informais são importantes nas vidas precárias, enquadradas entre aquelas que não merecem ser protegidas.

### **Considerações finais**

Neste artigo, propusemos uma análise crítica, no contexto da pandemia, a partir do enfrentamento cotidiano junto às experiências tanto com pessoas transvestigêneres trabalhadoras de sexo, quanto de outras demandas LGBTQI+, particularmente quando a questão da violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, como apontado no relatório do Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos (2020), é racializada e nos chega pelos diversos canais de comunicação do CeR-LGBTQI+.

De forma sintética, podemos elencar algumas dessas questões e demandas que nos levaram a essas análises, como: a) aumento dos casos de violência e assassinatos; b) expulsão de casa e violência doméstica por LGBTQI+ jovens; c) ausência de rede familiar de apoio; d) ausência de abrigos para esse público; e) aumento dos casos de ideação suicida, suicídios, depressão e ansiedade; f) perdas de emprego e maioria na informalidade, refletindo na falta de renda; g) interrupções e barreiras no acesso aos cuidados de saúde, incluindo medicamentos, exames e tratamentos hormonais, no caso do processo transexualizador, além da relutância em procurar atendimento de saúde por causa da discriminação e da estigmatização, ainda mais em contexto de pandemia.

Desta forma, frente a tantas e múltiplas questões que nos chegam, fomos nos deparando e nos implicando, de forma interseccional, com muitos outros marcadores sociais de diferença, produzidos e reverberados pelas relações sociais, de gênero, sexualidade, raça, classe, geração e território no contexto histórico do capitalismo, bem como com todo o processo de sucateamento da vida social que se impõe no cenário brasileiro.

A reflexão aqui apreendida veio se construindo ao longo de quase um ano, a partir dos dados coletados em projetos de pesquisa e extensão, nos aproximando de conceitos e marcos teóricos que têm revelado novos paradigmas analíticos no campo da teoria social crítica e contemporânea, porém com perspectiva anticapitalista. Por certo, tudo isso tem rebatido e influenciado na forma de alianças e parcerias, no campo dos estudos de

gênero, das sexualidades, das relações étnico-raciais, bem como na crítica a condução das políticas públicas em avançados retrocessos e desmontes.

Assim, entender a imbricação das relações sociais e dos processos de diferenciação que levaram e levam as desigualdades sociais estruturantes tem nos levados a investigar esses fenômenos, fazendo-nos, nessa trajetória, compreender e dialogar, de forma fraterna e ética, com as múltiplas e diversas reivindicações atuais pautadas pelos diferentes movimentos sociais, como LGBTQI+, feministas, antirracistas etc.

Portanto, nessa conjuntura de crise sanitária, política, econômica e ética, no contexto do Estado ultraneoliberal genocida, com sua necropolítica e discurso de ódio às diferenças, a pandemia da Covid-19 se torna o analisador histórico que expõe sem desfaçatez o projeto de poder em curso. Inclusive, essa noção se reforça tanto no aspecto macroeconômico e político, como também nas políticas sexuais, pautadas no cis-heterossexismo-normativo-terrorista e na radicalidade das desigualdades sociais, com forte conteúdo racista; mais do que isso, depõe, na cena pública, o projeto político de desdemocracia e de precariedade da vida que atinge radicalmente o conjunto da classe trabalhadora no Brasil.

## Referências

- AGUIAR, M. E.; BENEVIDES, B. LGBTfobia estrutural: a violência e o assassinato consentido pelo não reconhecimento da cidadania da população LGBTI+. In: BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Org.). *Dossiê sobre assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Brasília: Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2018. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.
- ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Org.). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- BRASIL. *Painel coronavírus*. 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- BUTLER, J. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a.
- BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019b.
- BUTLER, J. *O capitalismo tem seus limites*. 20 mar. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>. Acesso em: 4 dez. 2020.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 4 dez. 2020.
- CURIEL, O. Gênero, raça, sexualidade: debates contemporâneos. In: BAPTISTA, M. M. (Org.). *Gênero e performance – Textos essenciais*, vol. 1. Coimbra: Grácio Editor, 2018.
- CURIEL, O. Ochy Curiel e o feminismo decolonial. [Entrevista concedida a] Ana Paula Procópio da Silva, Magali da Silva Almeida e Renata Gonçalves. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 46, v. 18, jul./dez., 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52020/34475>. Acesso em: 11 set. 2020.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, A. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DUARTE, M. J. de O. Dissidências sexuais, vidas precárias e necropolítica: impressões de uma experiência em tempos de pandemia. In: OLIVEIRA, A.

D. (Org.). *População LGBTI+, vulnerabilidades e pandemia da Covid-19*. Campinas: Saberes e Práticas, 2020.

DUARTE, M. J. de O. Cansaço e esquecimento: a tática do Estado para não investigar os crimes de ódio contra as LGBT. [Entrevista concedida a] Marcelo Hailer. *Revista Fórum*, São Paulo, 18 jan. 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/cansaco-e-esquecimento-a-tatica-do-estado-para-nao-investigar-os-crimes-de-odio-contras-lgbt/?fbclid=IwAR1AHCuG9vtJDyh5SjHv9U7yJ0Yz-7rk4wt9bOgAZBUNbVIC1RFFGD2ZqT4>. Acesso em: 27 jan. 2021.

DUARTE, M. J. de O. *et al.* Revisão sistemática das características dos homicídios contra a população LGBT. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2020. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/revisao-sistemica-das-caracteristicas-dos-homicidioscontra-a-populacao-lgbt/17788?id=17788>. Acesso em: 8 dez. 2020.

FERREIRA, G. G. A classe nos une e a sexualidade nos divide? A noção de sujeito no marxismo e nos movimentos queer. *REBEH*, Cuiabá, v. 3, n. 10, abr./jun., 2020. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. *et al.* Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, n. 2, 1984.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, jan./jun. 1988.

HARVEY, D. *Política anticapitalista em tempos de coronavírus*. 24 mar. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>. Acesso em: 4 dez. 2020.

INSTITUTO INTERNACIONAL sobre raça, igualdade e direitos humanos. *Qual é a cor do invisível?* A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2020.

LOURO, G. L. *O corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N-1 Editora, 2018.

ONU. *Relatório do desenvolvimento humano 2019*. Além do rendimento, além das médias, além do presente: desigualdades no desenvolvimento



humano no século XXI. New York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2019.

OAI. *Vulnerability amplified: the impact of the Covid-19 pandemic on LGBTIQ people*. New York: OutRight Action International, 2020. Disponível em: [https://outrightinternational.org/sites/default/files/COVIDsReportDesign\\_FINAL\\_LR\\_0.pdf](https://outrightinternational.org/sites/default/files/COVIDsReportDesign_FINAL_LR_0.pdf). Acesso em: 7 dez. 2020.

PRADO, M. A. M.; CORREA, S. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 18, n. 43, dez., 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a03.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

SAFFIOTI, H. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFT, F. A relação da casa com a comunidade LGBTQIA+ no isolamento social. *Rural e Urbano*, Recife, v. 5, n. 2, out., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/article/view/246300/36967>. Acesso em: 3 dez. 2020.

SLYKE, A. V. *The collapse of health care: the effects of Covid-19 on U.S. community health centers*. Lerner Center for Public Health Promotion at Syracuse University, 10 ago., 2020. Disponível em: <https://lernercenter.syr.edu/wp-content/uploads/2020/08/VanSlyke.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

UNAIDS e MPact manifestam preocupação com relatos de abuso contra pessoas LGBTI em meio à pandemia. *Portal Geledés*, 6 mai. 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/unaidse-mpact-manifestam-preocupacao-com-relatos-de-abuso-contrapessoas-lgbti-em-meio-a-pandemia/>. Acesso em: 3 dez. 2020.

VOTELGBT. *Diagnóstico LGBT+ na pandemia: desafios da comunidade LGBT+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de coronavírus*. Belo Horizonte: VOTELGBT, jun. 2020. Disponível em: [https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/5ef78351fb8ae15cc0e0b5a3/1593279420604/%5Bvote+lgbt+%2B+box1824%5D+diagno%CC%81stico+LGBT%2B+na+pandemia\\_completo.pdf](https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/5ef78351fb8ae15cc0e0b5a3/1593279420604/%5Bvote+lgbt+%2B+box1824%5D+diagno%CC%81stico+LGBT%2B+na+pandemia_completo.pdf). Acesso em: 1 dez. 2020.

DOI: 10.12957/rep.2021.60303

Recebido em 29 de janeiro de 2021.

Aprovado para publicação em 15 de fevereiro de 2021.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.